**EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DA 5ª VARA DA JUSTIÇA FEDERAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO PIAUÍ**

PROCESSO Nº 1002178-69.2017.4.01.4000

CLASSE: 7100-AÇÃO CIVIL PÚBLICA

AUTOR: Ministério Público Brasileiro

RÉUS: HOSPITAL UNIVERSITÁRIO-PI E OUTROS

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, pelo Procurador da República, *in fine* assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos em epígrafe, solicitar **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL**, ao final requerida, e aduzindo, para tanto, as razões de fato e de direito doravante expendidas.

DOS FATOS

O Ministério Público Federal ajuizou Ação Civil Pública com pedido de liminar *inaudita altera pars* em face do HOSPITAL UNIVERSITÁRIO-PI, da EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES, da UNIÃO FEDERAL, do ESTADO DO PIAUÍ e do MUNICÍPIO DE TERESINA, bem como dos seus respectivos representantes legais, objetivando melhorar o atendimento à população e a adequada prestação dos serviços de saúde naquele nosocômio, especificamente a prestação de forma satisfatória do serviço de Neurocirurgia no Estado do Piauí, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Conforme consta na inicial, a Ação originou-se do Procedimento Preparatório nº 67/2017, que apurou as causas de demanda reprimida para o serviço de Neurocirurgia do Hospital Getúlio Vargas – HGV.

No bojo daquele procedimento, apurou-se que os pacientes que aguardam na fila para realização de cirurgias em razão de AVC's e outros problemas neurocirúrgicos, muitas vezes, são obrigados a aguardar durante um tempo além do necessário, justamente por conta de um atendimento tardio motivado pela incapacidade dos gestores de resolver problemas, como por exemplo, as constantes falta de insumos, de vagas em UTI's e equipamentos defeituosos, dentre muitos outros, imprescindíveis para que os profissionais possam realizar os sobreditos procedimentos cirúrgicos.

Destaque-se, que constatou-se, ainda, que alguns Hospitais deixaram de realizar procedimentos da área de neurocirurgia.

Paralelamente ao curso da presente demanda, com o objetivo de acompanhar o andamento da presente Ação, instaurou-se no âmbito do Ministério Público Federal o Procedimento de Acompanhamento nº 1.27.000.002720/2017-67, e no âmbito do MPE-PI o Procedimento Administrativo nº 01/2018, de que se extraíram os documentos que seguem, em anexo, a esta petição.

Ocorre que mesmo diante da necessária intervenção judicial determinada por Vossa Excelência (inspeções judiciais realizadas no HGV e HUT), os problemas que impedem o andamento da fila de neurocirurgia no Estado do Piauí e que comprometem sobremaneira a assistência à saúde da população, até o presente momento, não foram devidamente sanados, o que dá ensejo ao retorno da demanda reprimida de neurocirurgia combatida nestes autos.

Em que pesem as oportunas diligências judiciais determinadas por Vossa Excelência, em 16 de novembro de 2018, chegaram ao MPF as informações encaminhadas pela 12ª Promotoria de Justiça do Estado do Piauí, por meio do ofício nº 965/2018 (doc. em anexo), que noticiam, mais uma vez, a ocorrência de problemas relacionados ao regular andamento da fila de espera para procedimentos de neurocirurgia. Conforme se vê Excelência, tais **problemas persistem, e pior que isso, se agravam.**

De acordo com os documentos encaminhados, 43 (quarenta e três) pacientes aguardam pela realização de procedimentos cirúrgicos que envolvem a área de neurocirurgia (pacientes que foram vítimas de Acidentes Vasculares Cerebrais), conforme ATA DE AUDIÊNCIA EXTRAJUDICIAL (doc. em anexo), datada de 14 de novembro de 2018.

Corroboram tais fatos a auditoria realizado pelo DENASUS, a pedido desse juízo após a judicialização da questão, acostada aos autos em epígrafe, onde se concluiu dentre outros: *“o percentual de pacientes atendidos pelos profissionais médicos neurocirurgiões vinculados ao Ambulatório do HGV ficou muito abaixo do atendimento previsto, ou seja, não cumpriram o disposto na legislação”*.

A informação prestada pelo Dr. Cícero Sousa, Coordenador do núcleo de Regulação Interna do HGV na ocasião da supramencionada Audiência Extrajudicial, também vai nos mesmo sentido, in verbis:

“Cerca de 43 pessoas aguardam para a realização do procedimento cirúrgico vascular. (grifou-se).

Em outra ocasião, relacionada aos mesmos fatos tratados nestes autos, especificamente em Audiência Judicial (ATA DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO fls. 417), os próprios profissionais neurocirurgiões presentes ao ato judicial, questionados por este juízo, declararam, in verbis:

“os médicos neurocirurgiões informaram que ficam, em parte ociosos, em razão da falta de estrutura no hospital, que impede que eles realizem todos os procedimentos viáveis dentro do seu horário de trabalho”. (grifou-se)

A esse respeito, importa destacar que Vossa Excelência determinou ao HGV, conforme ATA de Inspeção no Hospital de Urgências de Teresina (fl. 594, item 2), in verbis:

“O HGV deverá, até o final do mês de maio, apresentar a este Juízo, em reunião designada para este fim, se for o caso, um relatório com os resultados do seu esforço de incremento de produtividade, conforme acertado na inspeção naquele hospital. **Na mesma oportunidade, deverá ser apresentado planejamento da efetivação da modernização do parque tecnológico do HGV, que já tem inclusive recursos garantidos**”. (grifou-se)

Em atendimento, a Direção-Geral do HGV encaminhou o Plano de Ação do Hospital Getúlio Vargas para neurocirurgia (doc. 754-759), contudo, **não fez constar no referido plano nenhuma medida concreta para efetivação da modernização do parque tecnológico do HGV, cujos recursos encontram-se garantidos.**

Relativamente à utilização dos supracitados recursos, insta observar, ainda, importante informação prestada pela Secretaria de Estado da Saúde do Piauí, por meio do OFÍCIO SESAPI/GAB nº 1095/2018 (doc. anexo), em 10 de abril de 2018, in verbis:

“a) Não foi realizada nenhuma despesa até a presente data, mediante utilização dos referidos recursos, os quais permanecem depositados em conta-corrente, cujo saldo atualizado soma R\$ 21.095.020,72 (vinte e um milhões, noventa e cinco mil, vinte reais e setenta e dois centavos)”. (grifou-se)

De acordo com o que se vê Excelência, mesmo dispondo dos aludidos recursos, desde o ano de 2013, para reestruturação do Parque Tecnológico do HGV para atender uma grande demanda, de acordo com as informações prestadas pelo DENASUS (doc em anexo), o Estado do Piauí jamais efetuou qualquer despesa **com o uso desses recursos em benefício da saúde da população.**

É absurdo que tais recursos se encontrem subutilizados, diante de tantas vidas perdidas, que poderiam ter sido salvas, caso o Estado do Piauí tivesse sido eficiente no sentido

de alcançar o objetivo para o qual esses recursos foram transferidos ao FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE.

Nada há nada que justifique tamanha omissão e falta de empenho e eficiência administrativa para o efetivo uso desses recursos.

Em todas as circunstâncias em que o Estado do Piauí se manifesta, seja no âmbito judicial ou extrajudicial, sempre apresenta as mesmas declarações vagas, nas quais se resume a afirmar somente que existem processos licitatórios em andamento, mas que nunca alcançaram a tão necessária reestruturação tecnológica do Hospital Getúlio Vargas, conforme já presenciado por Vossa Excelência, na ocasião da Inspeção Judicial.

De acordo com as informações constantes nos documentos, em anexo, já se passaram mais de 6 (seis) anos e, até o presente momento, o Estado do Piauí não efetuou nenhuma despesa ao longo de todos esses anos para utilização desses recursos na sua finalidade específica, embora a população permaneça pagando um preço muito alto, inclusive com a ocorrência de vidas ceifadas, a espera de socorro.

Outro fato importante, em meio à crise na lista de espera de pacientes da neurocirurgia, é a recente nomeação de mais 3 (três) médicos aprovados no último concurso do Hospital Universitário da UFPI, conforme informações prestadas pelo Superintendente HU-UFPI/EBSERH, por meio do ofício nº 110/2018/SUPRIN/HU-UFPI-EBSERH (doc. anexo), in verbis:

“O concurso nº 01/2018 classificou 06 (seis) candidatos da especialidade Neurocirurgia, tendo sido convocados OS (cinco) deles, no entanto, somente três assumiram o emprego público, conforme documentação anexa, e 02 (dois) solicitaram final de fila. O HU-UFPI aguarda autorização da EBSERH Sede para realizar nova convocação”. (grifou-se).

Em razão de tudo o que foi exposto na petição inicial e apesar de as medidas determinadas por Vossa Excelência, constata-se a permanência desse estado de coisas, demonstrado pela inércia do Estado do Piauí em adotar medidas concretas para promover **a modernização do parque tecnológico do HGV, cujos recursos encontram-se garantidos**, causando enormes prejuízos e danos irreparáveis à população, o que impõe a necessidade das medidas cautelares de urgência a seguir descritas:

a) no sentido de promover a imediata modernização do parque tecnológico do HGV com o uso dos recursos disponíveis para esse fim, apresentando também, para efeito de acompanhamento, um cronograma com os respectivos prazos de conclusão das etapas, em conjunto com as demais medidas de urgência requeridas na inicial, a qual se renova aqui, diante da ocorrência de óbitos em razão da falta de estrutura adequada para atender a demanda de pacientes de neurocirurgia, um verdadeiro descalabro administrativo, inclusive confirmado durante a inspeção realizada por V. Exa, diante de um inaceitável quadro caótico e de ineficiência administrativa, já comprovado nestes autos;

b) Seja determinado ao HU a imediata adoção das providências para funcionamento pleno do serviço de neurocirurgia, especialmente em razão da recém-contratação dos médicos, conforme informado pelo Superintendente HU-UFPI/EBSERH, por meio do ofício nº 110/2018/SUPRIN/HU-UFPI-EBSERH.

Outrossim, importa salientar que a ineficiência de um ato administrativo ou serviço público é **plenamente passível de apreciação pelo Poder Judiciário**, sem que este esteja aventurando-se sobre questões de mérito exclusivamente administrativo. Nesse sentido, entendem Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo:

Note-se que, sendo um princípio expresso, a eficiência indiscutivelmente integra o controle de legalidade ou legitimidade, e não de mérito administrativo. Deveras, a atuação eficiente não é questão de conveniência e oportunidade administrativa, mas sim uma obrigação [ato jurídico em sentido estrito]¹ do administrador, vale dizer, não é cabível a administração alegar que, dentre diversas atuações possíveis,

¹ Adendo inexistente no texto original.

deixou de escolher a mais eficiente porque julgou conveniente ou oportuno adotar uma outra, menos eficiente.²

INEQUÍVOCA PRESENÇA DOS ELEMENTOS AUTORIZADORES PARA A CONCESSÃO DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL

O acolhimento do pedido de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL se faz imperioso e urgente, porquanto o provimento da pretensão somente ao final será certamente inócuo para prevenir os danos à saúde de centenas de pacientes atendidos no HGV.

Os arts. 300 e 301 do CPC tratam da concessão da tutela antecipada de urgência cautela incidental, in verbis:

*Art. 301. A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e **qualquer outra medida idônea para assecuração do direito** (grifo nosso)".*

*“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.***

§ 1º Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.

§ 2º A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.

§ 3º A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

Logo, patente a possibilidade jurídica do atual pedido de uso dos recursos orçamentários disponíveis para modernização do parque tecnológico do HGV, em sede de ação civil pública, cujo código processo civil tem aplicação subsidiária. Repita-se o dispositivo acima, 301 do

² ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. *Direito administrativo descomplicado*. 22. ed. São Paulo: Método, 2014. p. 213.

CPC fala em **QUAISQUER MEDIDAS**, não à toa, exatamente face à dinâmica de soluções a serem necessárias para preservar o direito que se visa tutela, *in casu*, a vida.

No presente caso, a probabilidade do direito restou evidenciada diante da inércia consciente em utilizar os recursos disponibilizados ao FUNSAUDE para modernizar o parque tecnológico, objeto da medida ora requerida, ao longo de todos esses anos, segundo sobejamente verificado nos documentos que acompanham esta petição, em patente demonstração da ineficiência administrativa na prestação de um serviço público de saúde de qualidade.

No direito constitucional brasileiro, notadamente a partir da Constituição Federal de 1988 - CF/88, pode-se afirmar, sem receio de equívoco, que a saúde é um direito fundamental.

Com efeito, além de se encontrar expressamente incluída no rol de direitos sociais (art. 6º, a saúde é definida como “direito de todos e dever do Estado”, a ser garantido mediante a adoção de políticas públicas voltadas para a redução do risco de doença e de outros agravos e para o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196).

Nesse contexto, em consonância com os princípios constitucionais, é assente que o direito à saúde, tal como assegurado na CF/88, configura direito fundamental de segunda dimensão (geração), compreendendo-se nesta os direitos sociais, culturais e econômicos, caracterizados por exigirem prestações positivas do Estado, ou seja, este deve agir operativamente para a consecução dos fins perseguidos na Constituição Federal.

Daniel Sarmiento (SARMENTO, 2002 pp. 98/99), em sua erudita obra intitulada “A Ponderação de Interesses na Constituição Federal”, assevera que:

“Na verdade, o princípio da dignidade da pessoa humana exprime, em termos jurídicos, a máxima kantiana, segundo a qual o Homem deve sempre ser tratado como um fim em si

mesmo e nunca como um meio. O ser humano precede o Direito e o Estado, que apenas se justificam em razão dele. Nesse sentido, a pessoa humana deve ser concebida e tratada como valor fonte de ordenamento jurídico, como assevera Miguel Reale, sendo a defesa e a promoção da sua dignidade, em todas as suas dimensões, a tarefa primordial do Estado Democrático de Direito.” (grifo acrescido)

Os entes federados estão vinculados à concretização de determinados direitos, sendo-lhes vedado restringir ou violar direitos, tanto no plano legislativo quanto executivo, neste sentido escreve Ingo Wolfgang Sarlet (SARLET, Ingo Wolfgang. Direitos Fundamentais sociais e proibição do retrocesso, 2004):

“Negar reconhecimento do princípio da proibição de retrocesso significaria, em última análise, admitir que os órgãos legislativos (assim como o poder público de modo geral) a despeito de estarem inquestionavelmente vinculados aos direitos fundamentais e às normas constitucionais em geral, dispõem do poder de tomar livremente suas decisões mesmo em flagrante desrespeito à vontade expressa do Constituinte.”

Cumprido ressaltar ainda, que o art. 197 da Constituição Federal qualifica como de relevância pública as ações e os serviços de saúde. Tal dispositivo possui o evidente propósito de realçar, ainda mais, o caráter de essencialidade do direito fundamental à saúde na nova ordem constitucional, **porquanto todo serviço instituído para concretizar um direito fundamental ostenta o caráter de relevância pública**, independentemente de ser prestado diretamente pelo Estado ou por meio de entes privados.

É patente, pois o dever dos entes federados de disponibilizar os recursos necessários para que o direito subjetivo dos indivíduos à saúde, tratado extensivamente pela Constituição Federal, seja levado a efeito. Mas, a prestação desse serviço público essencial deve se dar, importa não olvidar, de modo imediato, sem que seja admitida qualquer espécie de escusa ou justificativa e, ainda, de maneira perfeita e acabada, conforme se depreende do artigo 198 da Constituição Federal.

O direito fundamental à saúde deve ser executado pelo **Poder Público**, devendo este prover as condições indispensáveis a seu pleno exercício, observando-se a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência (art. 7º da Lei 8.080/90) e ainda o princípio da eficiência na administração pública, isto é, **deve assegurar que o serviço público essencial seja prestado de maneira adequada e satisfatória.**

Por outro lado evidente a reiterada constatação da violação ao **Princípio da Eficiência**, em face da indiscutível falta de capacidade das sucessivas gestões para efetivar a modernização do parque tecnológico do HGV.

Nas lições de Fábio Medina, o princípio da eficiência, considerado verdadeira faceta de princípio mais amplo, qual seja, o da boa administração, “[...] exige do administrador público uma atividade necessariamente racional e instrumental, voltada a servir ao público, na justa proporção das necessidades coletivas”³. Assim, revela-se absolutamente inadmissível juridicamente o comportamento administrativo negligente e ineficiente do gestor da coisa pública.”

Relativamente à comprovação do perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, importa destacar que o risco é ínsito à precária situação em que vem sendo prestado o serviço de saúde no referido nosocômio, **com risco de agravamento diante da ineficiência ou mesmo da ausência da prestação do serviço de saúde pública**, o que prejudicaria ainda mais a população que necessita de atendimento na área de neurocirurgia no HGV.

Ressalte-se, ainda, que a imediata modernização do parque tecnológico do HGV é medida que se impõe para que haja o **resultado útil** da presente ação, haja vista que, mesmo diante do consciente necessidade de estruturação do HGV para dar vazão à fila de espera de pacientes da neurocirurgia, e inúmeras reclamações por parte da população já acostadas a estes autos, as sucessivas gestões sempre tendem a reiterar condutas que levam ao agravamento da crise por que passa aquele nosocômio.

³OSÓRIO, Fábio Medina. Teoria da Improbidade Administrativa. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, 2007.

Em verdade, a tutela de urgência cautelar incidental vindicada visa buscar a eficácia da tutela a ser perseguida no mérito, ao final do processo, sob pena de sua inutilidade, pois jamais se alcançará o objetivo da presente ação, caso fique a cargo da inércia dos gestores, como cabalmente se demonstrou na documentação acostada aos autos, e tal media está abarcada pelo novo CPC, ratificando o já existente poder geral de cautela do Juiz. Repita-se, agora disciplinado de tutela provisória - de urgência ou de evidência, consoante os arts. 294 a 299 e seguintes.

Essa a lição do renomado Humberto Theodoro Júnior:

"O novo Código institui um complexo de regras aplicadas a todas as medidas provisórias (de urgência ou da evidência). O poder tutelar geral do juiz é mais amplo do que o antigo poder geral de cautela, já que se estende a todas as medidas provisórias, sejam elas fundadas na urgência ou na evidência (art. 297, caput) e não se restringem apenas a figuras ou hipóteses predefinidas em lei (art. 297 e 301). Evitou-se, até mesmo, a regulamentação de medidas cautelares típicas, ficando tudo a depender das exigências concretas de medidas urgentes, caso a caso".

No tema, na compreensão do doutrinador Emerson Garcia, *"Pensar em efetividade do processo significa não só garantir a prestação jurisdicional definitiva, mas também, que tal prestação se amolde, plenamente, nos anseios da sociedade, permitindo que da atuação do Estado-Juiz sejam extraídos todos os resultados possíveis de pacificação social. É dizer, não basta que a sentença virá. É necessária também a certeza de que virá de forma útil".*

Em vista desses fatos e fundamentos elencados, presente está o alto perigo de dano, *"pro societate"*.

Presentes estão, portanto: 1) o justificado receio de ineficácia do provimento final, posto que, se fosse aguardado todo o trâmite da ação, os pacientes continuarão a não ter como contar com um serviço público de saúde de qualidade, que tanto necessitam; 2) a relevância do direito à saúde e à vida dos pacientes em tela, como um direito fundamental, indisponível e oponível contra o Estado.

Requer, pois, este órgão ministerial o deferimento da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL de determinar ao Estado do Piauí que promova a **imediata modernização do parque tecnológico do HGV, cujos recursos encontram-se garantidos, na forma dos pedidos, ao final elencados.**

ELEMENTOS QUE EVIDENCIAM A PROBABILIDADE DO DIREITO

O direito invocado encontra amparo nas normas constitucionais e demais legislações amplamente expostas nesta inicial.

A verossimilhança das alegações, repita-se, assenta-se nos autos dos Procedimento Administrativo nº 1/2018 do MPE-PI, do Procedimento de Acompanhamento nº 1.27.000.002720/2017-67 do MPF, instaurados para acompanhar a presente Ação e, por último, na inspeção judicial realizada por V. Exa que apenas ratifica as constatações apresentadas nos documentos que instruem a inicial e a presente petição.

Ainda, a verossimilhança do direito pleiteado está calcada nos dispositivos da Constituição Federal e da Lei do SUS (Lei Nº 8.080/1990) que estatuem o atendimento universal e gratuito aos usuários do SUS.

Impende repisar que a concessão da TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL está ligada ao escopo de se garantir maior efetividade à prestação jurisdicional diante do decurso do tempo.

DO EVIDENTE PERIGO DE DANO

As graves e irreversíveis consequências que poderão gerar aos pacientes demonstram que não se pode aguardar o trânsito em julgado, e nem mesmo a prolação da sentença de primeiro grau onde se ordene a tomada das providências imediatas necessárias à resolução do problema em tela.

Os argumentos lançados nos fundamentos da presente ação, portanto, são juridicamente relevantes, mormente quando se atenta para o risco à saúde, à dignidade e à vida, bens supremos do ser humano.

Nesse mesmo entendimento, explana o Supremo Tribunal Federal, para o qual o direito à saúde não pode ser dissociado do direito à vida, devendo estes sempre imperar na valoração dos bens jurídicos tutelados:

O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional.⁴

O perigo de dano à população, em caso de não concessão da antecipação dos efeitos da tutela, é inconcusso, haja vista que – impreterivelmente – em não sendo concedida a tutela antecipatória pelo juízo, há efetivo receio de ineficácia do provimento final.

Ora, a não concessão imediata da tutela almejada põe em risco a saúde de milhares de usuários dos serviços de neurocirurgia do HGV, fatos que se renovam a cada dia diante do descaso dos gestores públicos em implementar as medidas necessárias às melhorias na estrutura dos serviços prestados pelo HGV, revelando-se um quadro de completa indiferença com as vidas humanas, impondo-se pois medidas urgentes para estancar tal descalbro administrativo.

Tendo em vista a urgência e a relevância do direito invocado, sendo certa a probabilidade do direito e o perigo de dano irreversível ou de difícil reparação, em sede de TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA CAUTELAR INCIDENTAL, o MINISTÉRIO

4 STF – AGRG. 271.286-8/RS. DJU, 24/11/2000.

PÚBLICO FEDERAL requer, no prazo de 72 horas, ou em outro prazo que Vossa Excelência entenda mais adequado, **a imediata modernização do parque tecnológico do HGV com o uso dos recursos disponíveis para esse fim**, sob pena de MULTAS PESSOAIS, no importe de 20% (vinte por cento) do valor da causa, a serem cominadas aos gestores recalcitrantes.

Ante todo o exposto, o Ministério Público Federal requer:

a) Seja determinado, mediante deferimento de tutela de urgência cautelar incidental, ao Estado do Piauí, a imediata modernização do parque tecnológico do HGV com o uso dos recursos disponíveis para esse fim, com comunicação imediata ao Governador do Estado do Piauí e Secretário de Saúde para fiel cumprimento, sob pena de multas.(Arts. 77, d do CPC c.c Art. 11 da Lei 7347/85).

b) Seja determinado, ainda, a apresentação de um cronograma, **para efeito de acompanhamento, com os respectivos prazos de conclusão das etapas**, sob pena de multa diária pessoal ao Secretário de Saúde do Estado do Piauí e ao Governador do Estado do Piauí, já qualificado nos autos, por descumprimento, a ser arbitrada por Vossa Excelência (*Astreintes*);

c) c) Seja determinado imediatamente ao HU e União Federal colocarem em funcionamento o serviço de neurocirurgia em tal Hospital Universitário, especialmente em razão da recém-contratação dos médicos, conforme informado pelo Superintendente HU-UFPI/EBSERH, por meio do ofício nº 110/2018/SUPRIN/HU-UFPI-EBSERH, sob pena de multa pessoal ao Superintendente de tal nosocômio.

d) Sejam apreciadas as medidas de tutelas provisórias apresentadas na inicial, diante da situação emergencial e caótica que vivem os pacientes que aguardam na fila de neurocirurgias e demais cidadãos que ali buscam acesso à saúde, em face do agravamento da situação e as já adotadas, até então, não surtirem o efeito desejado.

e) A juntada aos autos de toda a documentação relacionada, em anexo.

f) A Citação dos requeridos para querendo apresentarem suas manifestações.

Nestes Termos,
Pede deferimento.

Teresina, 28 de Fevereiro de 2019

KELSTON PINHEIRO LAGES
Procurador da República

DOCUMENTAÇÃO ANEXA:

- lista PACIENTES NEUROCIRURGIA;
- Ofício - SEI nº 110-2018HU.2018;
- Ofício 12ª PJ nº 336-2018-001;
- Matérias jornalísticas veiculadas por meio da imprensa local e portais da internet, informando sobre problemas no atendimento prestado pelo HGV;
- Ofício 965-2018-12ª PJ;
- OFÍCIO SESAPIGAB nº 10952018RECURSOS PARQUE TECNOLÓGICO-001;
- RELATÓRIO DE PACIENTES INTERNADOS HGV;